

A questão feminista e escravista no livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis

*The feminist and slavery issues in the book *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis*

Lucas de Souza da Silva¹

Lucy Miranda do Nascimento²

Resumo: Pondo em análise a baixa quantidade de estudos voltados às produções literárias femininas do século XIX, assim como das produções literárias de pessoas negras, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, focando na questão feminina e escravista. Desta forma, esta pesquisa é de teor qualitativo focada em uma metodologia de contraste nas relações entre a biografia da autora, o sistema escravista e a produção literária feminina como pontos fundadores da construção dos personagens descritos na história. Sendo possível, a partir disso, perceber uma forte influência do patriarcado (machismo) e preconceito racial abordados nos personagens, além do peso da religião como forma de institucionalizar este sistema.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; literatura de autoria afrodescendente

Abstract: Analyzing the low number of studies focused on the female literary productions of the nineteenth century, as well as, of the literary productions of black people, the present work aims to make an analysis of the book *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, focusing on the issue of women and slave. The present research is of quantitative content concerned with contrast methodology in the relations between the author's biography, the slave system and the female literary production as founding points of the characters described in the story. It is possible, from this, to perceive a strong influence of patriarchy (machismo) and racial prejudice being addressed in the characters, in addition to the weight of religion as a way to institutionalize this system.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; literature by authors of African descent.

Introdução

O período histórico no qual determinada produção literária está inserida difere muito a respeito de sua importância. O livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, encontra-se no século XIX onde direitos humanos básicos não lhes eram concedidos. Mulher, negra, nordestina, num país de regime patriarcal, machista e escravocrata destaca-se ao colocar-se na produção literária mesmo em meio a um panorama desmotivador e preconceituoso. Tanto é que existe a hipótese de que a escritora conseguiu publicar *Úrsula* devido à influência de seu primo Francisco Sotero dos Reis, que possuía reconhecimento social (Mendes, 2014, p. 44).

¹ Graduado em Letras-Literatura pela UFMT, professor efetivo de Língua Portuguesa do Estado de MT, especialista em Metodologia de Português e Literatura (UNIASSELVI), graduando em Letras-Espanhol (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7438743885357750>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4446-2867>. E-mail: lucas.souza414259@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT) e do Curso Letras-Espanhol (UFMT). Líder do Grupo de Pesquisa Poéticas da América Ladina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3702487084769719>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8168-0391>. E-mail: lucy.nascimento@ufmt.br

Direitos básicos como ler, escrever, trabalhar, não eram permitidos para as mulheres, as quais estavam destinadas à vida matrimonial. Somente em 1827, cinco anos após a independência do Brasil, foi permitida a abertura de escolas públicas femininas, comprovando o atraso social da época regida por uma estrutura sexista que cerceava e controlava as mulheres. Controle que se tornava ainda mais latente em relação às mulheres negras, visto que eram atravessadas pelo duplo fenômeno do racismo e sexismo, e estavam destinadas às funções de mucama e mãe preta, como explica Lélia Gonzalez (2020) em sua abordagem político-econômica a respeito da mulher negra na sociedade brasileira. Nesse sentido, a experiência da mulher negra na sociedade brasileira, principalmente no século XIX, é de opressão e de discriminação pela cor de sua pele. Subordinada a uma sociedade que legitima sua inferioridade, é perceptível inclusive a incorporação do pensamento patriarcal racista de inferioridade da época nos escritos iniciais de *Úrsula*, como a própria escritora expõe:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem (Reis, 2019, p. 21).

Chimamanda Adchie assevera que “se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal” (2014, p. 14), de modo que Firmino destaca-se enquanto uma figura importante para fugir desse parâmetro de subordinação, pois, mesmo tendendo para um estereótipo do que é ser mulher, continua sua carreira literária diante da constante visão de que era inferior, como bem destaca Mendes (2014),

mesmo com essas restrições, algumas mulheres conseguiram escrever em jornais e publicar alguns livros – como foi o caso de Maria Firmina dos Reis. Mas, essas mulheres escritoras não eram vistas com a mesma profundidade intelectual com a qual eram observados os homens que desempenhavam o mesmo ofício. A mulher, mesmo quando conseguia algum destaque no campo literário, era vista como inferior ao homem, sendo seus textos considerados frágeis (Mendes, 2014, p. 47).

É mister ter em mente o contexto social de influência para a produção literária da época, de acordo com Lopes, é importante ter um olhar atento para quem está produzindo literatura, pois os conflitos e as estruturas sociais, bem como os grupos e pessoas de interesses que são responsáveis pelas decisões políticas e econômicas, que geralmente

explicam as ações das personagens analisadas, e a sua importância na História considerada oficial. Desse modo, na tentativa de abarcar da maneira mais completa possível um entendimento de como foi construído o livro em análise e sua importância devido suas temáticas sensíveis e inovadoras para o período, será analisada a questão biográfica, feminista e escravista referentes ao período, buscando fazer um apanhado das relações que influenciaram as construções dos personagens e enredo da história. Por conseguinte, temos que pensar na sua biografia, sendo mulher e negra, possuindo importância por ter espaço como lugar de fala, em consonância com a tentativa de catalogação de como a sistema escravista e feminino eram vistos socialmente, ambos mutualmente auxiliando para entender a profundidade da obra.

Maria Firmina dos Reis e as estruturas racistas sexistas

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora negra oitocentista nascida em São Luís do Maranhão no dia 11 de março de 1822, filha de pais separados Leonor Felipa dos Reis e Caetano José Teixeira, ambos negros. A partir de seus 5 anos de idade muda-se para vila de São José dos Guimarães, onde passa a viver em um ambiente totalmente feminino juntamente com sua vó, mãe, prima e irmã. É neste mesmo local onde falece no 11 de novembro de 1917. Firmina foi considerada autodidata por naquela época não haver um ensino para mulheres, assim como foi tida como conhecedora da língua francesa por realizar traduções de textos para jornais. Neste interim, percebe-se sua importância como mulher ao se inserir num meio predominantemente masculino. Em 1847, aos 22 anos, torna-se a primeira professora aprovada em um concurso público no Maranhão. Sua vida pública é marcada por participações em diversos jornais locais como: *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *O Federalista*, entre outros, escrevendo crônicas, poemas, traduções, etc.

Sua produção literária é focada na questão de povos renegados, como os negros-africanos escravizados e os povos indígenas, visto que em 1861, publica *Gupeva*, com temática indigenista, seguida por *A escrava*, em 1887, e *Cantos a beira mar*, em 1871. Além de livros, produziu músicas, com destaque para o *Hino a liberdade* composta após a assinatura da Lei Áurea. Sua obra póstuma, catalogada a partir de escritos feitos por volta de 1853 à 1910, destaca-se entre suas produções ao denotar uma perspectiva desmotivada pelo período no qual está incluída e sua condição humana. Intitulado por ela

de *Álbum*, tal texto encaixa-se no gênero textual diário, semelhante ao *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, o qual foi publicado somente em 1975 por José Nascimento Morais Filho com nome de *Maria Firmina – Fragmentos de uma vida*. Neste *Álbum*, segundo Mendes (2014, p. 42) citando Morais Filho (1975):

A morte é uma companheira que Maria Firmina desejou constantemente, como neste trecho datado de fevereiro de 1861: “o descanso de uma vida consumida, encontrasse na sepultura. O esquecimento das dores humanas, só ela oferece. Eu quero um dia de repouso, um dia de esquecimento. Campa!... campa, eu te saúdo” (Reis *apud* Morais Filho, 1975, s.p.).

Nesse trecho pode-se interpretar a tendência para aproximação com a figura da morte como resolvedora de todos os problemas, injustiças, como um alívio das dores, porque após falecer nada daquilo existirá. Seguindo essa forma de pensamento pode-se pensar na influência religiosa do cristianismo, na época ainda muito presente, trazendo a indagação que após a morte há um lugar de descanso ao lado de Deus, sem dor ou sofrimento. Tal maneira de pensar está presente de forma bem explícita no livro de Firmina, *Úrsula*, por exemplo, quando a negra Susana conta a respeito de sua história de sofrimento ao ser capturada como escravizada: “a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar! – Meu marido, minha filha, minha terra... Minha liberdade...” (Reis, 2019, p. 81). A relação da autora com o anseio pela morte e a religião era tão profundo que se manifestada em palavras:

Tentar contra os meus dias, seria um crime contra Deus, e contra a sociedade; mas almejo a morte. Perdoai-me Deus de misericórdia! Mas a vida é-me assaz penosa, e eu mal posso suportá-la. O mundo é áspero e duro; mas não me queixo do mundo nem de pessoa alguma. Minha compleição é débil, minha alma sensível, meus desgostos são filhos de meus caprichos (Reis *apud* Morais Filho, 1975, s.p.).

Demonstrando assim, uma resiliência e ao mesmo tempo conformismo, apesar da presença de uma angústia sufocante causadas pelas injustiças presentes em seu tempo. Este contraste pode ser justificado por sua criação ser inteiramente feminina, criada pela avó e mãe com a companhia de sua prima e a irmã, sendo uma “educação freirática”, voltada para os afazeres da casa e instigada pelos dogmas católicos, “é essa educação que ajuda a escritora a justificar sua maneira de ser e ver o mundo, uma educação que a limitou” (Mendes, 2014, p. 42). Ou seja, esta é uma das explicações para entender o

porquê de apesar da escritora romper as estruturas hegemônicas de seu tempo ao tratar questões abolicionistas e feministas e construir personagens representativos de tais categorias, ainda assim tender aos ideais patriarcais e religiosos da época.

Contudo, estas influências não tiraram a relevância de suas produções ao representar a situação inumanas e revoltantes, em alguns trechos até mesmo com traços irônicos, denunciando o sistema social patriarcal, escravista e machista latente. Tanto é que nos jornais femininos, onde Maria Firmina trabalhou, questionaram a submissão às quais as mulheres negras eram obrigadas a viver (Lopes, 2021, p. 71), evidenciando que durante toda sua vida Firmina desenvolve trabalhos voltados para as questões sensíveis de seu tempo. Já próximo do fim de sua vida revolucionou ao dar aulas de graças para meninos e meninas, aulas mistas, algo que ainda não existia, de acordo com Kulkamp (2019, p.3), citando Telles (1997):

Toda manhã, subia em um carro de bois para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho, onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam. Um experimento ousado para a época. Uma antiga aluna, em depoimento de 1978, conta que a mestra era enérgica, falava baixo, não aplicava castigos corporais nem ralhava, aconselhava. Era estimada pelos alunos e pela população da vila. Reservada, mas acessível, toda passeata dos moradores de Guimarães parava em sua porta. Davam vivas, e ela agradecia com um discurso improvisado (Telles, 1997, p. 411-412).

Em consonância, Mendes (2014) assevera que o fato de Maria Firmina fundar a primeira escola mista do Brasil evidencia que ela possuía ideias e ações avançadas para o período de sua existência. Essa iniciativa evidencia a necessidade na vida da autora de contribuir socialmente na tentativa de superar os preconceitos hegemônicos. Reis enquanto mulher solteira, visto que não se casou, assume o papel de autora de sua própria história, sendo independente pelo seu trabalho, generosa e amigável para com as pessoas. Ao longo da vida cria 11 filhos adotivos, sendo alguns filhos de escravizados, e acaba morrendo aos 92 anos pobre e cega, infelizmente, sendo relegada ao esquecimento, mesmo merecendo grande valorização e reconhecimento por suas obras e história de vida.

O sistema escravista e a escritora abolicionista

O quadro social escravista no Brasil durante o período em que Maria Firmina vive era extremamente desmotivador, marcado ainda por condições desumanas vividas por pessoas negras que foram arrancadas de seu país para serem escravizadas ou nasceram no cativeiro. Até mesmo pessoas alforriadas não eram bem quistas. Mesmo com o início de movimentos abolicionistas isto continua presente, tendo hodiernamente consequências no racismo e machismo estrutural característico do patriarcado. O sistema escravista estava presente de tal forma que as leis criadas o favoreciam:

A escravidão no Brasil era legitimada, existiam leis que favoreciam os grandes fazendeiros, leis que existiam para manter a dominação sob a população negra escravizada ou não. A política brasileira tentou, juntamente com a elite, que a abolição da escravidão ocorresse o mais tarde possível. As primeiras leis sobre a escravidão no Brasil, apenas foram aprovadas por pressão da Inglaterra, que já havia iniciado o processo de industrialização e precisava de mercado consumidor (Lopes, 2021, p. 58).

Um exemplo foi a Lei de proibição ao tráfico negreiro aprovada em 1831 que não teve nenhum resultado efetivo, já que houve um aumento no tráfico negreiro em 1840. Só a partir da retificação desta Lei, em 1850, feita por Euzébio de Queiroz, elevando as punições a quem as descumprisse, o tráfico negreiro diminuiu. A Lei do Ventre Livre, em 1871, já na segunda metade do século XIX, indo em direção a um movimento para a abolição da escravatura, também não favoreceu ativamente os povos escravizados, tendo características que acabaram por garantir a supremacia dos senhores, como apontado por Lopes (2021):

Aos senhores ficava a obrigação de cria-los até os 8 anos, entregando-os depois ao governo e recebendo indenização. Se preferissem, ficariam com os “ingênuos” até os 20 anos, quando os serviços prestados já teriam pago os gastos com seu sustento. Está claro que a Lei do Ventre Livre não livrava ninguém. Mesmo porque, de cada dez crianças negras nascidas, apenas uma sobrevivia (Lopes *apud* Chiavenato, 1999, p. 113).

É notório que mesmo com a Lei as crianças continuariam em condição de escravidão, seja perante o seu senhor ou pelo governo, tendo que pagar com seu trabalho pelo direito de existir, enquanto o senhor que o prende como animal ganha indenização, por seu direito à liberdade. Ainda como exemplo, temos a Lei do Sexagésimo, de 1885, que ao dar aos escravizados de 60 anos a liberdade também

favorecia seus senhores, já que, a população negra possuía expectativa útil de trabalho muito baixa, portanto, servia para que os senhores não se preocupassem em sustentá-los, e pior, obrigavam os escravizados a trabalharem mais três anos para compensarem seu dono pela perda de mão de obra.

Igualmente com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que determinava o “fim” da estrutura escravista no Brasil, não houve uma mudança efetiva, já que a pessoas libertas não possuíam terras, educação, aceitação social para conquistar uma real mudança de sua condição. De tal modo que a abolição da escravidão ocorreu porque não era mais viável economicamente, entretanto, não houve planejamento, tampouco nenhuma medida para a integração digna da população negra liberta na sociedade brasileira. As pressões nacionais, como movimentos de fuga dos negros das fazendas, bem como a pressão de intelectuais abolicionistas e internacionais fizeram com que a abolição acontecesse, porém, agora alforriados, continuarão renegados a margem da sociedade, sem reconhecimento enquanto iguais, sem educação, sem direito a trabalho digno e remunerado devidamente.

Considerando o Maranhão, local onde Firmina nasceu e cresceu, como explica Oliveira (2007), trata-se de um Estado marcado por atraso econômico devido aos conflitos na tentativa de monopólio escravista para acabar com Companhia do Comércio e expulsão dos jesuítas, modificando-se a partir de 1823, quando Maranhão adere à independência do Brasil, pois até então era um território autônomo. Durante esse período de instabilidade predominava o contraste entre as grandes fazendas encontradas no território e as enormes quantidades de pessoas escravizadas que chegavam na região nos navios negreiros denominados de ‘túmbeiros, em cujos porões infectos se amontoavam 300 a 500 ‘fôlegos vivos’, a mortandade durante a travessia atingia a 25%, os quais eram trazidos como mão de obra escrava para a indústria açucareira (Lima, 1981, p.115). Logo, os negros escravizados correspondiam a aproximadamente dois terços da população maranhense (Oliveira, 2007, p. 22), é dizer, o mercado escravista compunha o corpo social do Estado, contribuindo para um crescente conflito entre conservadores, defensores do sistema político hegemônico, e liberais a favor da república e abolição. Pondo em perspectiva esse atraso civilizatório e conflito ideológicos a questão abolicionista para Zin (2016) começa a ser abordada por um conjunto de fatores:

Os discursos abolicionistas, no entanto, começaram a aparecer na província com mais força somente na década de 1860, momento em que,

no restante do país, também se fariam presentes. A extinção do tráfico internacional de escravos; o aumento da concorrência estrangeira seguida da retração do preço do algodão e do açúcar no mercado externo; o agravamento da situação financeira dos proprietários rurais locais; além das constantes insurreições e da influência dos movimentos antiescravistas desencadeados, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo: tudo contribuiria para o abalo e para o desmoronamento das velhas estruturas (Zin, 2016, p. 44).

É nessa conjectura que o Estado passa a dar lugar a vários intelectuais, Oliveira (2007) aponta que o Maranhão seria um dos mais antigos berços literários, juntamente como a Bahia e o Pernambuco. Destacam-se entre as principais figuras literárias da época Francisco Sotero dos Reis, primo de Firmina no qual ela retrata como um dos responsáveis por sua educação, Antônio Henriques Leal e João Francisco Lisboa. Devido a este desenvolvimento intelectual começa a ser escrito trabalhos no intuito de apoiar a causa antiescravista, todavia, tais movimentos eram mais por possíveis benefícios que poderiam ser alcançados, pois

Ao lermos a primeira parte do artigo “A escravatura no Brasil”, de V. de Carvalho, publicado no Jornal maranhense Eco da Juventude, em 1865, que apresenta como objetivo demonstrar que a escravidão não tem fundamento legal, moral nem religioso, temos a impressão de que a finalidade dele é condenar a escravidão por ser ela uma desumanidade. No entanto, logo nos damos conta de que, ao contrário do narrador de Firmina, como veremos adiante, o principal interesse do autor é provar que a escravidão não se constitui em algo positivo para o país, fato que revela que seu interesse nacionalista se sobrepõe à preocupação com o escravo. [...] Carvalho está preocupado em limpar a mancha moral e religiosa que a escravidão representa para a nação brasileira e em trazer para cá o progresso, equiparando assim o Brasil às nações desenvolvidas. Ao contrário da postura presente em Úrsula, que defende o fim da escravidão por ser ela um ato de crueldade, uma desumanidade, Carvalho prega seu fim por acreditar que tal instituição era nociva ao desenvolvimento do país, uma vez que prejudicava as famílias aristocráticas, a economia e a imagem do Brasil (Oliveira, 2007, p. 32-33).

A abolição além de ser um intento social fruto de um sistema escravista que não podia mais se sustentar, também é reflexo do escopo social livre tentando encaixar-se no ideal de sociedade civilizada europeia, buscando transparecer às demais nações uma imagem adversa da barbárie cometida pelo sistema vigente. Isso fica claro ao pensar no

livro de Firmina que vai no sentido contrário, denunciando as situações inumanas que aconteciam com as pessoas escravizadas.

Espaço literário feminino e Maria Firmina dos Reis

No livro *Mulheres e Ficção*, de Virgínia Woolf, são citadas as produções literárias realizadas por mulheres na Inglaterra durante o século XIX, apesar de parecer não ter nenhuma relação com as produções brasileiras, os estudos de Woolf trazem importantes reflexões sobre como o espaço literário feminino se dá a partir de períodos de apagamento e de insurgência repentina de escritoras, causado por casos isolados que encontram em pessoas como Firmina espaço para transportar para o papel uma perspectiva do lugar de fala feminino, cabendo ressaltar aqui, que tratava-se de uma mulher triplamente marginalizada devido a sua cor, seu gênero e sua classe social. Há esse esclarecimento no livro de que a escrita tem grande influência da perspectiva do espaço social aonde a mulher está inserida, desta forma, usando até o lugar fechado e reduzido na qual foi encerrada, para através da ficção expor “o desejo de defender uma causa pessoal ou de fazer de uma personagem a porta-voz de uma insatisfação” (Woolf, 2009, p. 5).

Ao se pensar no movimento feminista, para Duarte (2003), em *Feminismo e Literatura no Brasil*, é importante considerar o feminismo como “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (Duarte, 2003, 152). Consequentemente, torna-se fundamental pensar o percurso das “ondas”, segundo a classificação de Duarte (2003, 152), que se dividem em quatro momentos de destaque. A primeira onda refere-se ao período em que Firmino está presente, onde busca-se o acesso de maneira mais efetiva uma educação feminina (apesar de em 1827 ser autorizada a criação de escolas femininas, ainda era reduzido a um recorte mínimo da população), desta forma Muzart (2000), de acordo com Duarte (2003, p.153), destaca os movimentos femininos atrelados à escrita, porque

no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então,

na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (Muzart, 2000, p. 246).

Destaca-se neste período Nísia Floresta com *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, uma tradução de *Vindications of the Rights of Woman*, no qual, há uma reconstrução do original europeu, através de uma antropofagia de ideias para expor a realidade injusta do cenário feminino nacional. Além desta, surge mulheres como Joana Paula Manso de Noronha que cria o *Jornal das Senhoras*, em 1852, e Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, editora de *O Belo Sexo*, de 1862. A partir daí, com a segunda onda feminista em 1870, a uma expansão na criação de jornais femininos e uma luta para a ampliação da educação e do direito ao voto. Josefina Álvares é uma das primeiras mulheres a defender o direito de sua categoria, conseguindo encenar, em 1878, a peça *O Voto Feminino* no teatro *Recreio*, sendo de suma importância para o período. Inclusive é nessa época que surgem os primeiros casos de mulheres cursando ensino superior:

O Diário popular acaba de assentar praça nas fileiras do feminismo; e por esse arrojo, não regateamos aplausos à ponderada folha vespertina. O caso da Dra. Mirthes de Campos trouxe para o terreno dos fatos a questão abstrata dos direitos da mulher. E o Dr. Viveiros de Castro mostrou-se, mais uma vez, coerente consigo mesmo. Abrir também ao belo sexo a função da advocacia constitui um simples corolário da liberdade profissional, que a Constituição da República sabiamente consagrou. Não seria congruente que as nossas patrícias pudessem, como podem, conquistar nas academias um diploma científico e ficassem, ao mesmo tempo, privadas da eficácia desse diploma, tão duramente conquistado. Com que fundamentos vedariam à mulher o campo da atividade honesta, se a nossa péssima organização social não a pode muitas vezes salvar dos horrores da miséria ou das especulações do vício? (*A mensageira*, 15/10/1899 *apud* Duarte, 2003, p.158).

A terceira onda foi a organização feminina em prol do direito ao voto aos poucos conquistado, iniciado no Rio Grande do Norte, onde em 1927 o prefeito Juvenal Lamartine concede por Lei o direito ao voto das mulheres no Estado, e no ano de 1929, Alzira Soriano, no município de Lajes, torna-se a primeira prefeita eleita na América do Sul. Para apenas, em 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas a mulher ser reconhecida com direito a voto em âmbito nacional. Já na área da literatura destaca-se Ercília Nogueira Cobra com *Virgildade Inútil - novela de uma revoltada*, de 1922, e Gilka Machado, em 1918, com livros de poemas eróticos *Meu Glorioso Pecado*, ambos com

temáticas que causaram grande escândalo para a sociedade conservadora da época ao tratar da sexualidade da mulher.

Por fim, na quarta e última onda catalogada por Duarte (2003, p. 165), o movimento é marcado pelo mote “nosso corpo nos pertence” e, principalmente, pela anistia contra a Ditadura Militar vigente entre 1964 a 1985, tendo os jornais um papel fundamental, como o periódico *Nós Mulheres*. No campo literário temos Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras.

Atualmente, pensando no que é proposto no livro *Feminismo para 99% um manifesto*, de Arruzza, Bhattacharya e Fraser, em outubro de 2016, deu-se início na Polônia um movimento que pode ser considerado uma quinta onda do feminismo. Na ocasião mais de 100 mil mulheres se organizaram em passeatas contra a proibição do aborto no país o que teve consonâncias em diversos países, sendo atualmente uma pauta muito debatida. Fazendo com que em 2017, em 8 de março, fosse organizada uma greve global, muito possível graças ao impacto das redes sociais na atualidade. Tais fatos vão de encontro com que Talírio Petrone traz ao dizer que no atual mundo globalizado, e pensando nas minorias historicamente desfavorecidas, o feminismo extrapola seus limites geográficos e semânticos e precisa ser também anticapitalista, antirracista, antiLGBTfóbico, etc.

Toda essa contextualização serve para refletir sobre como contexto social influência nas pautas e lutas femininas ao longo do tempo e após sua análise atentar-se a como direitos básicos eram renegados a mulher no século XIX. Lopes (2021, p. 38) confluente com Guacira L. Louro (1995), demonstra a fundamentalidade de mais escritos voltados para esta temática:

O feminismo permitiu-se rever e inaugurar metodologias e procedimentos de investigação, revalorização da história oral, estudos do cotidiano, registros de experiências, abandono da pretensão de pesquisa desinteressada, proposta de métodos originais (utilizando diários de grupos, conversa, dramatização, genealogias) [...] todos elementos considerados ligados à mulher, entendidos como restritos à esfera doméstica e, portanto, como necessariamente excluídos da esfera pública e das instituições políticas (Louro, 1995, p. 109-110).

Para Duarte (2003, p. 152), usando frase de Mariana Coelho (1998), é preciso acordar do “sono letárgico em que jaziam”, no qual, as questões feministas estão

segregadas da esfera social. E Maria Firmina dos Reis faz isso ao publicar seu romance, mesmo tendo consciência de não ter tido os mesmos direitos educacionais que o homem e sofrendo o peso do papel feminino imposto, porque

ao declarar sua condição de “mulher, e mulher brasileira” cuja educação era superficial, Firmina dos Reis pede desculpas por estar publicando um livro, pois estava consciente que a mulher não era bem recebida no meio literário; e parece querer demonstrar claramente sua intenção de especificar de que lugar está falando e de assumir a diferença (Oliveira, 2007, p. 70).

Assim, ao mesmo tempo em que se autocritica, fruto de uma concepção patriarcal estereotipada do papel da mulher, também se justifica mostrando que não é possível ter o mesmo conhecimento de alguém abastado que teve uma educação formal, lembrando que a escritora era autodidata. Pode ainda ser vista como uma ironia na tentativa de uma psicologia reversa na tentativa de demonstrar seu talento enquanto escritora. Outro detalhe interessante a ser pensando é o de que, segundo Mendes (2014), a primeira edição do livro *Úrsula* foi publicada sem o nome da autora, somente com pseudônimo “uma maranhense”, numa tentativa de não sofrer tanta retaliação preconceituosa e ter mais liberdade para sua escrita:

Muitas mulheres acabaram por optar por publicar seus escritos de duas formas: a primeira, como no caso de Firmina, intitulando-se uma maranhense (uma senhora, uma brasileira, entre outros) que não especificava exatamente quem era essa maranhense, mas deixava claro que era uma mulher; ou, uma segunda forma era a adoção de pseudônimos masculinos. Em ambos os casos, havia uma tentativa de adentrar-se, com um pouco mais de liberdade, no universo letrado, dominado, quase que exclusivamente por homens, além de tentar burlar o preconceito da época (Mendes, 2014, p. 44).

Isso não impediu que no ano seguinte, após o nome de Firmina, surgissem frases de cunho preconceituoso, como a publicada no *Jornal do Comércio*: “convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita” (Mendes, 2014, p. 41). Marginalidade e violência que também ocorriam com aquelas que trabalhavam no magistério, foram muitos impasses e obstáculos para que as mulheres tivessem acesso aos territórios das Letras no Brasil, tanto como escritora como educadora, o que se faz ainda mais inacessível para uma mulher negra, que é o caso da escritora e educadora Maria Firmina dos Reis. Nesse sentido, Mendes comenta:

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. [...] Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta, afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequeninos (Mendes *apud* Louro, 2010, p. 450).

Portanto, é inegável a importância de Maria Firmina dos Reis, ao considerarmos que era uma mulher negra, inserida num contexto escravista, uma mulher solteira em um sistema patriarcal que designava à mulher o papel de dona do lar, e ainda nordestina do Maranhão, que conseguiu, apesar de todas as adversidades, críticas e influências sofridas, produzir uma escrita que dá voz a causa feminista e abolicionista.

Úrsula, uma análise

Para fazer uma análise da obra é essencial entender do que ela trata de maneira geral. A história é descrita por uma narradora onisciente, em terceira pessoa, e gira em torno de três personagens principais, uma tríade, Úrsula e Tancredo, os protagonistas, e Fernando P., como antagonista. Conta sobre como os protagonistas se encontram e acabam apaixonando-se, porém o antagonista e tio de Úrsula também se apaixona por ela, querendo a ter como esposa a força, resultando em sua perseguição e assassinato de Tancredo, o que faz a protagonista perder a sanidade e morrer e o seu algoz lamentar até seu último dia por todo o ocorrido. O livro é separado em histórias fragmentadas onde os personagens secundários têm espaço para expor sua narrativa. Assim, pode-se separá-los em categorias: o grupo de pessoas que dão vozes as pessoas negras em situação de escravidão, que seriam Túlio, Antero e Suzana; as figuras paternas e maternas de Tancredo, que não são nomeados pela escritora, e os de Úrsula, Paulo B. e D. Luíza B.; além da figura sem relações aparentes com as personagens, Adelaide; e, por fim, os personagens ligados ao antagonista, na figura do padre e do feitor.

Enquanto uma obra do período romântico percebe-se desde o início a marcação de suas características através da descrição da natureza durante toda a obra: “São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno

semelham o oceano em bonançosa calma – branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado” (Reis, 2019, p. 23). Essa descrição cheia de floretes e exaltação ao natural também é presente ao introduzir o protagonista Tancredo: “em uma risonha manhã de agosto, em que a natureza era toda galas, em que as flores eram mais belas, em que a vida era mais sedutora – porque toda respirava amor –, em que a erva era mais viçosa e rociada” (Reis, 2019, p. 24), dando-lhe características de um cavaleiro medieval ao descrevê-lo como “cavaleiro melancólico” em um “ginete”, retomando os ideais dos romances de cavalaria. Já a personagem de Úrsula representa a heroína do romantismo, sempre dócil e angelical, Reis (2019) a descreve como:

É que aquele anjo de sublime doçura repartia com seu hóspede os diurnos cuidados, que dava à sua mãe enferma [...] Era ela tão caridosa... tão bela... e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos, negros, formosos e melancólicos (Reis, 2019, p. 33).

Assim, Úrsula representa o papel da mulher perfeita cheia de virtudes, “mimosa filha da floresta, flor educada da tranquilidade dos campos” (Reis, 2019, p. 34), sempre descrita como a criação divina associada à natureza. Neste fato encontra-se uma forte carga da religiosidade, pois toda sua bondade e beleza da natureza é resultado da criação Divina, devendo ser admirado, “O campo, o mar, a abóbada celeste ensinam a adorar o supremo Autor da natureza e a bendizer-lhe a mão; porque é generosa, sábia e providente.” (Reis, 2019, p. 24). As personagens maternas dos protagonistas também são desenvolvidas a partir da perspectiva de mulher dócil, no caso da Luíza B., mãe de Úrsula, representa a mãe resiliente que se vê no fim de sua vida transmutada em uma mulher parálitica e triste, devido os desgostos causados pelo seu irmão, Fernando P., e seu marido, Paulo B., por causa da opressão patriarcal que a tornava indefesa ao que a sociedade lhe impunha, conforme fragmento literário:

Paulo B. não soube compreender a grandeza de meu amor, acumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões (Reis, 2019, p. 71).

A mãe de Tancredo também representa o papel de mulher resiliente ao sistema patriarcal vigente, seu filho deixa isso bem claro ao descrever o seguinte trecho: “Meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso – minha mãe era uma santa e

humilde mulher” (Reis, 2019, p. 48), demonstrando como a mulher deveria ser nesta época para o bem do casamento. E mais uma vez a influência católica é um instrumento para reforçar esse padrão, como na fala a seguir: “— Amo as humilhações, meu filho – disse com brandura, que me tocou as últimas fibras da alma – o mártir do Calvário sofreu mais por amor de nós” (Reis, 2019, p. 53).

Dissonante ao que foi relatado até agora, a personagem Adelaide ao agir de forma diferente das restantes das personagens, é posta como uma pessoa ruim. A partir dessa construção abre-se para a compreensão do ponto mais gritante da crítica feminista presente no livro em um contraponto entre a postura da mulher ideal, angelical, assumida por Úrsula e a mulher desprovida de caráter, endemoniada, assumida por Adelaide, o que evidencia uma característica do romantismo do século XIX:

A mulher só ama uma vez. No seu coração imprimiu Deus um sentir tão puro e tão verdadeiro, que o homem não pode duvidar dos seus afetos. E a mulher cumpre na terra sua missão de amor e de paz; e depois de a ter cumprido volta ao céu; porque ela passou no mundo à semelhança de um anjo consolador. Esta é a mulher. [...] Mas aquela, cujas formas eram tão sedutoras, tão belas, aquela, cujas aparências mágicas e arrebatadoras escondiam um coração árido de afeições puras, e desinteressadas... Oh! Essa não compreendeu para que veio habitar entre os homens; porque a cobiça hedionda envenenou-lhe os nobres sentimentos do coração. O brilho do ouro deslumbrou-a, e ela vendeu seu amor ao primeiro que lhe ofereceu. Maldição!... Infâmia sobre a mulher que não compreendeu a sua honrosa missão, e trocou por outro os sublimes afetos da sua alma (Reis, 2019, p. 112).

Desta forma, pode-se depreender uma denúncia de como a mulher era julgada de acordo com um papel preestabelecido socialmente, ou seja, uma ideia baseada na religião e no patriarcado, em que a mulher deveria cumprir um papel de amar e promover a paz no lar. Por conseguinte, quando a personagem Adelaide transparece um lado sedutor e passa ter luxos, passa a ser plasmada como um demônio que levará o homem a ruína, na medida em que veio ao mundo enquanto mulher, porém não cumprindo o seu papel estabelecido pelo divino. Outra denúncia presente no livro trata-se à questão negra com o personagem Túlio, que cumpre o papel de salvador do protagonista Tancredo e contraria a ideia comum propagada do negro como uma pessoa bruta, ruim, devido a sua condição, como nota-se nesta passagem do livro:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (Reis, 2019, p. 28).

O que denuncia o preconceito racial latente, o qual era justificado pelo homem branco, o Comendador B., que cometia inúmeras atrocidades, enquanto que o negro mesmo sem o direito a sua liberdade não podia se revoltar. Consonante, Oliveira (2007) levanta um ponto muito interessante ao afirmar que não é o caso de condenar a escravidão porque determinado escravizado possui bom caráter, mas sim, de condenar a escravidão como instituição; ou seja, ao descrever a escravidão, e as barbáries cometidas por ela, expõe um sistema e não apenas um sujeito. Quando a preta Susana, uma das personagens mais relevantes, descreve como é arrancada de seu país, de sua família e de sua liberdade, evidencia claramente isso: “dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade.” (Reis, 2019, p. 79). Ao pensar a respeito, Oliveira (2007) reflexiona a respeito das ideias de quem é o civilizado e o bárbaro:

Chamamos a atenção para a presença em Úrsula de uma reversão no sentido dessas palavras, pois Mãe Susana, ao denunciar a violência do aprisionamento, por duas vezes denomina como bárbaros os estrangeiros que a capturaram e demonstra que o que ela deixa para trás, ao ser trazida para o Brasil, não é uma barbárie, mas uma sociedade organizada na qual ela tinha plantações, família, amigos... Diante desta situação, cabendo interrogar: Quem é o bárbaro e quem é o civilizado? (Oliveira, 2007, p. 63).

Demonstrando assim, que a barbárie está no sistema escravista e não na subjetividade do afrodescendente. Por fim, entres os personagens que contribuem para uma mudança da visão da pessoa negra, apesar de parecer contraditório, temos Antero, “um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas.” (Reis, 2019, p. 129), entretanto, mais adiante a autora justifica a dependência do álcool:

— Pois bem, – continuou o velho – no meu tempo bebia muitas vezes; embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para

sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes? — Perfeitamente, — retorquiu Túlio, fingindo sorrir-se. — Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira (Reis, 2019, p. 114).

Entende-se, a partir dessa fala, que a sua predileção pela bebida é sua forma de conservar hábitos de sua terra, de sua origem, sendo seu meio de manter-se firme diante de sua dura realidade de escravizado. Portanto, vai de encontro com que traz Susana ao questionar Túlio por acompanhar Tancredo, que o havia alforriado: “Que te adianta trocares um cativo por outro!” (Reis, 2019, 77), porque, a verdadeira liberdade não se encontrava na carta de alforria, mas sim com o retorno à sua terra, às suas origens, de modo que de nada adiantaria ser liberto e continuar em uma sociedade predominantemente racista.

Na personagem do comendador Fernando P. encontra-se a personificação da maldade, que por ciúmes da irmã, Luíza B., ao se casar torna-se um homem impiedoso e encontra no sistema escravista um modo para praticar selvageria por não haver consequências, já que

nunca mais cansou de duplicar rigores às pobres criaturas, que eram seus escravos! Apraziam-lhe os sofrimentos destes; porque ele também sofria. Eis aí pois a alma implacável na maldade do irmão de Luísa (Reis, 2019, p. 95).

Seu procedimento era de tal modo cruel que seu próprio feitor, habituado também a castigar os negros, se revolta contra a desumanidade impostas na fazenda do comendador:

— Fartai-vos de atrocidades, já que sois um monstro, — retrucou fora de si o feitor, fixando-o com um olhar de desprezo, que ele suportou —, banhai-vos no sangue dos vossos semelhantes, juntai crimes horrendos a crimes imperdoáveis; mas não conteis mais doravante comigo para instrumento dessas ações, que revoltam ainda a um coração viciado, e que só no vosso pode achar morada (Reis, 2019, p. 118).

O Comendador também se utiliza do sistema patriarcal e de seu poder econômico para matar Paulo B., por considerá-lo indigno de sua irmã, saindo empunha, e obriga a sua sobrinha Úrsula que fique com ele. Para alcançar seu objetivo, ao conversar com

Luíza, impõe a sua vontade condenando-a à morte mais rápida, e aprisiona a escrava Susana por não contar o paradeiro de Úrsula, o que também a levou à morte. Nos desfechos finais da história, o Comendador assassina Túlio, juntamente com Tancredo, capturando a protagonista. Só que ao vislumbrar o enlouquecimento seguido da morte de Úrsula por não alcançar o seu objetivo de desposá-la, tornou-se frei para tentar amenizar suas culpas. É neste ponto que há uma crítica à religião, pois ela é usada como um mecanismo para tentar retirar a culpa do antagonista, mesmo ele não demonstrando arrependimento e culpando as demais pessoas e o próprio Divino por não se submeterem a suas vontades:

Arrependido, eu? Oh! Não, meu padre. Compadeceu-se Deus do meu martírio? Nunca. Matou-me a esperança no coração. Deixou lavar o amor frenético no peito, que o rasgou, que deu-lhe a coragem do crime, sem dar-lhe a saciedade da vingança. Cometi muitos crimes, e ainda até hoje não serenou-se-me o coração sedento de ódio e de vingança. Feri o homem a quem ela adorava, vi correr-lhe o sangue que derramei, vi-o expirar a meus pés, sorri-me de prazer, e oh! Maldição! Não fiquei vingado! (Reis, 2019, p. 147).

Isto é, Fernando B. utilizava a postura religiosa mais para engrandecer a sua imagem social do que motivado por algum sentimento religioso. Isso fica claro pelo fato de ter um padre em sua casa mais para demonstrar respeito do que por motivos de fé, “o comendador, talvez mais por ostentação que por sentimentos religiosos, tinha em sua casa um capelão” (Reis, 2019, p. 113). Tanto é que só demonstra arrependimento de toda barbaridade que fez ao lhe ser dito que não poderia ver mais a Úrsula, visto que ela estaria no céu, e se ele não se arrependesse não conseguiria encontrá-la após a morte.

— Porque, meu filho, ela está no céu, e vós, homem criminoso e impenitente, vos despenhais no inferno. [...] — Perdoai-me, Senhor! Porque na hora derradeira sufoca-me a enormidade das minhas culpas. Lágrimas de sincera dor verteram seus olhos, que para sempre se cerraram; e a morte imprimiu-lhe no rosto a tranquilidade da contrição (Reis, 2019, p. 148).

Conclui-se que o livro é marcado pela caracterização dos personagens de forma que diferentes formas de preconceito, sejam de caráter racista ou sexista, impostos no século XIX tanto por uma estrutura racial patriarcal que ditava à mulher como agir, como escravista, ao conceber os negros como bárbaros e sem direitos. Tendo a extrema

influência religiosa como suporte ideológico que assentava a base do sistema hegemônico, ao catequizar as mulheres e os negros, no intuito de torná-los mais dóceis e submissos.

Algumas considerações

Anna Maria Haddad Baptista, ao prefaciар o livro *Úrsula*, faz uma descrição que exprime, em suma, tudo que foi exposto nessa tentativa de entender como foram construídos os personagens desta história, ao dizer que a obra traz uma alma sensível, profundamente afetada pelos sofrimentos do sistema escravocrata e, em especial, pela condição feminina nesse período infame no Brasil. Ou seja, pensando em como Firmina se constrói enquanto mulher, confluyente ao que nos traz Simone de Beauvoir ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (1967, p. 9), nos deparamos como uma autora negra dedicada a construir uma sociedade melhor com seu ato corajoso e de vanguarda ao exercer papel no magistério, criar aulas mistas, adotar 11 filhos e escrever sobre as injustiças de sua época.

Através de seus personagens, como Úrsula e Adelaide, ela denuncia a expectativa do papel que a mulher deveria desempenhar socialmente, relacionado diretamente a sua personalidade que deseja a morte ao ver-se diante de uma realidade tão difícil. Na atualidade, Chimamanda Ngozi Adichie nos faz refletir sobre as mesmas questões, ao dizer que o infortúnio da questão de gênero é que ela determina “como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero” (Adichie, 2014, p. 41). Assim como quando realiza outra construção literária acerca da pessoa negra com o personagem Túlio, ao lhe conferir características humildes, fiéis, bondosas, que mesmo diante de uma realidade injusta não embrutece e mantém boa índole. De igual maneira, critica o patriarcado, o preconceito racial e a religião, que eram os aparatos que sustentavam um sistema que segregava mulheres, negros, pessoas pobres; representado literariamente na figura do Comendador Fernando P., que se aproveitava desses aparatos ideológicos para agir impunemente. Destarte, como bem trouxe Zin (2016), citando Sigrid Weigel (1986), sobre *Úrsula*:

Um texto descoberto em um arquivo empoeirado não será bom e interessante somente porque foi escrito por uma mulher. É bom e

interessante porque nos permite chegar a novas conclusões sobre a tradição literária das mulheres, saber mais sobre como as mulheres desde sempre enfrentaram seus temores, desejos e fantasias e, também, as estratégias que adotaram para se expressar publicamente, apesar de seu confinamento ao pessoal e ao privado (Weigel, 1986, p. 76).

Portanto, ao retomar a leitura da obra de Maria Firmina dos Reis, considerando alguns dados biográficos da autora, bem como o contexto escravista e como a mulher era vista no século XIX, principalmente a mulher negra, é possível recuperar fatos importantes para se pensar como a sociedade daquele período foi construída. A literatura é uma importante forma de denúncia e de inserção social, apesar da invisibilidade e obliteração da produção literária de Maria Firmina ao longo de anos, sua obra proporciona uma outra visão e um outro discurso, no caso em questão, traz para a cena literária o discurso e a visão de uma mulher, negra, nordestina e pobre, que encontrou na escrita uma forma de luta contra as diferentes formas de opressão.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para 99% Um Manifesto*. Tradução Heci Regina Candiani, editora Boi Tempo, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – 2. A Experiência Vivida*. Segunda edição, tradução de Sergio Millet e capa de Fernando Lemos, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e Literatura no Brasil*. Belo Horizonte, Estudos Avançados, 2003, p. 151-172
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: (Orgs.). Flavia Rios; Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.
- KULKAMP, Camila. *Biografia, imagens e obras de Maria Firmina dos Reis*. Santa Catarina, 2019.
- LOPES, Elaine. *Mulheres negras no ensino de história do Brasil: a história de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2021. Disponível em <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3599>. Acesso em out. 2025.
- MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista*. Maranhão Vol. 2, Num. 1, p. 39-48, 2014.
- OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e Etnicidade no Romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/ECAP-73WGED>. Acesso em out. 2025.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras [recurso eletrônico]*. Prefácios de Ana Maria Haddad Baptista e Danglei de Castro Pereira. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

WOOLF, Virginia. *Mulheres e Ficção*. Pinguin e Companhia das Letras, São Paulo, 2009.
ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2016.
Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19479>. Acesso em out. 2025.

Recebido em: 21/01/2026

Aceito em: 10/06/2026